

SENHOR

O inimigo reage

Atacada em dois flancos – contratos de risco e mineração –, a British Petroleum espera a Constituinte terminar para decidir se fica ou sai

Entrevista a Carlos José Marques e Maurício Dias

A British Petroleum é um caso típico de empresa multinacional que está tomando dois trancos no Brasil. Seus negócios estão posicionados justamente nas áreas que foram subitamente convertidas, no primeiro turno da Constituinte, em alvos prediletos das restrições impostas ao capital estrangeiro: os contratos de risco de petróleo, que devem ser extintos, e a mineração. Ao receber os golpes, portou-se com a peculiar fleuma britânica. Aguarda com cautela o desfecho dos trabalhos da Constituinte para tomar uma decisão sobre a estratégia a seguir daí por diante ou mesmo sobre o abandono do mercado brasileiro. Antevendo, porém, o quadro que se delineava para o segmento de petróleo, já no ano passado optou por retirar seu dinheiro desse segmento. A BP investiu US\$ 150 milhões no setor e saiu com retorno zero. Outro tanto foi aplicado em mineração, ainda sem resultado. “Apostamos no risco porque acreditamos nesta economia”, depõe John Towar, um inglês que está há pouco mais de três anos no Brasil, dirigindo a filial da BP. Nos seus contatos com a matriz do grupo, tem de fazer malabarismos para convencer que o Brasil ainda justifica novos investimentos. “Não está fácil, porque são muitos disputando um bolo de recursos cada vez menor”, garante. Avesso a longas conversas (“gosto mais de executar do que de falar”), Towar dá a *Senhor* sua primeira entrevista. Da mesma forma, é a primeira vez que a BP vem a público expor sua posição acerca das questões políticas que dominam seus empreendimentos. “O grupo chegou à conclusão de que está na hora de informar sobre as inverdades que estão sendo ditas”, justifica Towar. Como presidente da BP, ele esteve recentemente reunido com outros executivos de 30 companhias estrangeiras para acertar uma ofensiva de comunicação dirigida à Constituinte.

P – Como é que o sr. analisa a legislação brasileira para inversões de capital estrangeiro? O sr. diria que há regras demais?

R – Devo destacar que a minha experiência é mais com países de tradição anglo-saxônica, ligados de uma maneira ou de outra ao antigo império britânico. Lá o que prevalece é a necessidade de louvar a inocência. Todo mundo é inocente até que se prove o contrário. E essa máxima é obedecida.

P – A legislação brasileira induz a pensar, por exemplo, que o investidor estrangeiro é culpado até que se prove o contrário?

R – Eu não diria exatamente isso. O problema maior é que o País tem muitas leis, que podem dar margem a múltiplas interpretações. Um esquema interessante e que talvez diminuisse esse volume de leis é o que estamos habituados lá na Inglaterra, onde as leis, antes de aprovadas pelo Parlamento, passam por um processo de consulta aos segmentos interessados, evitando normas conflitantes. Existe, no caso das leis econômicas, uma ampla consulta à comunidade empresarial. Os jornais costumam publicar um documento que é o primeiro esboço das leis. Depois discutem-nas.



Towar: já perdemos US\$ 150 milhões

No Brasil há efetivamente muito decreto-lei, muita ingerência do Banco Central, nós temos várias portarias do BC para balizarmos os negócios. A média é de uma portaria nova por dia. Então, o empresário, tanto o brasileiro como o estrangeiro, tem de ficar sempre tentando adivinhar quais as novas regras para decidir o que fazer hoje. Uma portaria dessas às vezes muda inteiramente o rumo das coisas.

P – Como é que a British Petroleum procura atuar diante dessa “flexibilidade” das leis? Ela consegue realizar planejamento de longo prazo, traçar estratégias para o futuro...

R – Evidentemente se uma empresa monta um projeto contando com determinadas condições de mercado e depois essas condições mudam, fica difícil continuar. Para evitar esse risco, a BP realiza (e esse procedimento é o mesmo em todas as suas filiais espalhadas pelo mundo) duas fases de análise. Num estudo preliminar, levantamos as condições financeiras para viabilizar o projeto, sua demanda etc. Em seguida é que tratamos de avaliar o investimento dentro das regras e características do mercado onde funcionará; se necessário, o adaptamos. O primeiro estudo não é muito detalhado, serve apenas para mostrar se o projeto é ou não viável. Caso ele seja, passamos para o estudo da parte técnica. Por exemplo, uma jazida de minério – a mineração é a única área em que estamos agora atuando no Brasil – às vezes tem diferentes possibilidades de desenvolvimento. Podemos escolher entre montar uma usina ou vender o minério beneficiado para outras companhias já atuantes na área. Essa opção vai depender da sensibilidade e das condições e regras de mercado no momento da escolha.

P – No tocante às regras, como é que a BP encarou as primeiras definições

Continua na pág. 6

da Constituinte sobre mineração e contratos de risco para exploração de petróleo, segmento no qual ela iniciou suas atividades no Brasil?

R - De certo fomos atingidos nos dois flancos nos quais tínhamos nossas atividades. Porém, encaramos com cautela e com algumas esperanças de que acertos sejam feitos daqui por diante. Vale destacar que na mineração, na fase de maior risco que é a pesquisa, não tivemos possibilidade de encontrar até hoje sócio brasileiro querendo arcar com pelo menos parte dos custos de pesquisa. E a Constituinte quer que eles participem em maioria. Todos sabem que a pesquisa pode durar anos e o alto custo aplicado pode ser a fundo perdido. Poucos, ou quase ninguém, estão dispostos a arriscar. Com a jazida descoberta e o projeto já feito é mais fácil encontrar interessados. Mesmo assim, eles não querem mais de 20% normalmente. E a Constituinte está-nos obrigando a vender 51%. Isso vai dificultar as nossas conversas com possíveis sócios sobre o investimento no desenvolvimento do projeto, já que eles não querem tudo isso que devemos repassar. No final quem perde é o Brasil. Na mineração, estamos trabalhando aqui desde 1980 e nas áreas que possuímos temos descoberto um pouquinho disso, um pouquinho daquilo, mas não descobrimos uma mina efetivamente, uma jazida. Manter-se atuando, apesar do baixo retorno, exige muita motivação. Mas ela é escassa, ainda mais com essas possíveis definições restritivas ao capital estrangeiro. A nossa matriz está preocupada com a situação. Afinal, não dá para dizer que o ambiente está calmo para investirmos nessa área no Brasil. O que podemos dizer é que vamos aguardar a versão final da Constituinte para ver se ainda vale a pena continuar com os projetos ou investir mais em pesquisa. Essas decisões têm de ser tomadas pela BP. Porém, acho um pouco prematuro tomá-las agora, com tantas indefinições nas regras.

P - Está sendo aventada a possibilidade de a BP deixar o Brasil?

R - Até o momento não. Simplesmente porque ainda não há razão para isso. A visão lá fora das empresas multinacionais, com cujos representantes aqui eu tenho conversado, é que, se essas mudanças legislativas no

campo da mineração e outras alterações em termos de capital estrangeiro vierem realmente a acontecer, todo mundo vai reavaliar sua estratégia no mercado brasileiro. A posição de nossa matriz é esperar para ver se esse quadro melhora e, nesse caso, optar por continuar com alguma parte dos negócios, certamente no campo da mineração. Entretanto, se ao final acharmos que a legislação abre um novo caminho para exclusão do capital estrangeiro, então não vale a pena investir mais dinheiro nisso. Será o momento de desistir, pois seguimos aquela expressão inglesa: "Don't put your good money off the party." A frase é um pouco forte mas realista. Quando nós apostamos aqui no Brasil na área de mineração, em 1980, estudamos as leis e as possibilidades, fizemos tudo conforme as regras, aplicamos e, em função do bom começo, já estávamos estudando outras possibilidades de investimento em segmentos afins, onde o grupo BP tem experiência. Agora eu não sei.

Não dá para dizer que o ambiente aqui está calmo

P - No que se refere à mineração, o sr. faz referência à baixa taxa de retorno da BP para os investimentos que tem realizado. Daria para o sr. detalhar isso?

R - Nós investimos cerca de 15 milhões de dólares em pesquisa e em empreitadas como a Cesbra - que é uma empresa mais ou menos dividida com a Brascan, onde temos uma fração abaixo de 50%, e que opera basicamente na área de estanho. Também temos uma fundição aqui no Rio de Janeiro. O investimento total na pesquisa de petróleo foi de 140 a 145 milhões de dólares, tudo a fundo perdido, sem obter qualquer resultado viável, um risco que fazia parte do jogo. Na mineração foram outros 115 milhões de dólares, tendo como resultado principal um conhecimento maior do ambiente geológico, mas também sem resultado prático no sentido financeiro. Apenas fruto dessa pesquisa, que foi realizada em sociedade com brasileiros, passamos a de-

envolver a mina de ouro de Cabaçal. Temos uma associação com os grupos Monteiro Aranha e Roberto Marinho. Em mineração entramos tanto nas áreas mais conhecidas, como Minas Gerais, como nas áreas mais distantes e pouco pesquisadas, como Mato Grosso. Quando chegamos em Mato Grosso, aquilo era uma folha branca em termos geológicos. Concluímos que havia uma certa falta de tecnologia de ponta por aqui, primeiro em termos de sondagem, e aí montamos uma subsidiária que trabalhasse só com o assunto. A subsidiária já fez mais de mil sondas, algumas bem especializadas. Trouxemos pessoal para o Brasil para ensinar como usar esse equipamento moderno e também montamos um laboratório de análise no Rio de Janeiro, que é considerado um dos melhores do País. A tecnologia que a BP tem usado no Brasil se compara à de qualquer outra representante da BP no mundo e à da matriz inclusive. Temos máquinas que podem testar 30 a 40 elementos ao mesmo tempo, o que adianta sobremaneira o trabalho. A equipe da BP é 99% composta de brasileiros, muitos dos quais enviados ao Exterior para um maior contato com os fabricantes dos equipamentos e com os laboratórios.

P - Em troca, o sr. diria que tem havido má vontade para com a companhia e o capital estrangeiro de uma forma geral?

R - Má vontade, não. Mau entendimento. Acho que é mais falta de conhecimento do que representa esse capital. O que temos entendido é que há muita falta de informação nos meios governamentais e até na Constituinte. Durante os debates no Congresso foi dita muita coisa que não é verdade. Parece que poucas pessoas atentaram para o fato de que 52% das necessidades de minérios do País, fora o ferro e o manganês, ainda são importadas. Por outro lado, não tem sido entendida a correta distinção entre o que é potencial mineral e riqueza mineral. O Brasil possui grandes potencialidades de minérios (a serem descobertas), mas elas só se tornarão riquezas depois de descobertas, o que requer investimento muito grande, demorado. Mas essa taxa de investimento é mínima. O Canadá, por exemplo, investirá este ano perto de 1,5 bilhão de dólares em mineração,

enquanto o Brasil não atingirá os 100 milhões de dólares. Para que nós tenhamos a atingir o conhecimento geológico como tem Canadá, Austrália e, proporcionalmente, a África do Sul, deveríamos investir ao redor de 20 bilhões de dólares em pesquisa. Ou seja, ao ritmo de investimento atual, demoraremos mais ou menos de 220 a 240 anos para alcançar o estágio daqueles países.

P – *Quem tem capacidade para fazer esse investimento no Brasil?*

R – Podemos fazer uma avaliação comparando os dados de investimento disponíveis. Dos aproximadamente 100 milhões de dólares que citamos, 51% são capital estrangeiro, 10% são capital privado brasileiro e o restante é das companhias estatais. Conseqüentemente, se retirarmos o capital estrangeiro da pesquisa, o Brasil vai demorar na verdade 400 anos para atingir o conhecimento geológico compatível com as suas disponibilidades.

P – *O sr. diz que tem encontrado dificuldades para conseguir sócios interessados em dividir os custos de pesquisa com a BP. Esse é um indicativo da falta de capital privado nacional de porte para mergulhar em grandes empreitadas?*

R – Eu duvido. Parece que há capital nacional para muitas coisas, até para investir no *overnight* todo o dia valores que são bem superiores ao que o setor de mineração precisa para tocar os seus programas. Acho que o capital privado brasileiro está muito mal acostumado a esperar. Imagino que, no caso da mineração, possa existir até uma falta de entendimento do ramo, além do fato de que esse capital é muito avesso ao nível de riscos envolvidos na área. Em certas pesquisas, por exemplo no Amapá, devemos ter gasto até hoje cerca de 5 a 6 milhões de dólares com nenhum retorno. O que temos são alvos e alvo não é jazida. Pode ser apenas um campo de minério, pode não ser nada. E mesmo que seja, às vezes, não é viável por razões econômicas.

P – *Mas há muita gente que diz que o capital estrangeiro pode esgotar as riquezas do solo brasileiro quando volta seus interesses só para a extração.*

R – Essa é mais uma das desinformações que têm sido levantadas. Primeiro, para que haja o esgotamento

dessa chamada riqueza, é necessário, repito, que ela seja descoberta. E nesse sentido, deixando de lado o ouro, que é o único elemento que se mantém no comércio internacional há milhares de anos, ou começam logo a descobrir essas “riquezas” ou elas não servirão para mais nada. Não sabemos quantos anos mais esses outros metais vão ter utilidade, pois a cada dia se vê nos jornais mais uma novidade em termos de uso de compostos como o plástico e a fibra óptica. Já é, daqui por diante, muito mais interessante para o Brasil (que possui quartzo em larga escala) usar a fibra óptica para as linhas de telefone do que o cobre. Quem imaginaria em 1950 que o cobre não seria mais tão atraente, em certos casos, como para fios de telefone? Ao guardar essas reservas, que não vêm sendo tiradas do solo, o Brasil corre o risco de vir a ficar sentado sobre uma “montanha de riqueza” que ninguém mais quer. Está muito presente no País o receio de que essas “riquezas”

“Riquezas” inexploradas não servem para nada

vão ser levadas para fora, mas em muitos casos os metais sequer saem do País. Vamos falar de um produto bem simples e conhecido, o ouro, que aliás tem de ser vendido obrigatoriamente aqui dentro. Pode haver até dez toneladas de ouro numa jazida, que valeriam cerca de 180 ou 200 milhões de dólares a preços de hoje. Em média se gasta no País mais de 50 milhões de dólares para desenvolver a mina. A companhia tem de fazer a extração e pagar aos empregados, além de uma série de impostos como o ICM e o IR, pagar a firmas prestadoras de serviços, pagar o transporte etc. Após tudo isso, o lucro é mínimo, devendo ficar em 30 milhões de dólares. Em certos Estados, como quando fomos para Mato Grosso, havia pouca esperança, pois não havia tradição. Quando começamos a pesquisar não vimos quase nenhum conhecimento geológico. Nesses casos o custo sai ainda mais caro.

P – *O mapeamento geológico brasi-*

leiro é muito precário?

R – Em certas áreas é razoável, mas a própria CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, que é estatal, tem conhecimento de que há muita coisa a fazer e isso atrapalha as investidas. O levantamento feito nos anos 60 quase parou de lá para cá, por falta de recursos. Uma coisa que exemplifica o quadro da pesquisa é o seguinte: uma área geológica favorável se compara a uma loja de bilhetes de loteria. Sabe-se que lá naquela área poderá haver uma jazida, poderá haver um bilhete premiado. Para se conseguir esse bilhete, ou descobrir a jazida, tem-se de investir, comprar o bilhete. Não significa, e isso tem de estar claro, que ele seja premiado. Mas requer constantemente um investimento. A Constituinte estabelece agora que a pesquisa tem de ser com o capital nacional. Ou seja, o Brasil tem de encontrar um pacto de sócios que queira comprar todo dia o bilhete, que poderá ou não ser premiado. Isso requer que o comprador tenha um pouco de *feeling*, de sorte, e também de tradição e conhecimento. O problema é que eu quero comprar dez bilhetes, porque quero apostar mais, e o sócio brasileiro só quer comprar um bilhete. Como resolver esse impasse no estágio da pesquisa? Esse é o primeiro ponto, o número de apostas que cada um está interessado em fazer. O outro aspecto, e esse mais danoso, é que a Constituinte, ao buscar nacionalizar o risco, está sinalizando o seguinte: vamos deixar a pesquisa, as apostas, para os grupos estrangeiros e a lavra (leia-se extração) para as companhias nacionais ou com maioria nacional. Em outras palavras, eles estão querendo dizer na verdade que eu compro todo dia um bilhete e quando sair premiado eu tenho de dividir. Não é um procedimento justo, nem correto. E na divisão do “prêmio” tem um outro problema que as companhias estrangeiras estão observando estarrecidas: é o absoluto controle nacional no final. Espera-se que o sócio estrangeiro invista, por exemplo, 49% do capital, para depois não ter qualquer parecer ou ingerência sobre as atividades e a condução do negócio. Dificilmente eles vão conseguir que, num investimento de 200 milhões de dólares, o capital estran-

Continua na pág. 10

Continuação da pág. 7

geiro venha a colocar 80 milhões de dólares e depois saia por nada. O capital estrangeiro não é banqueiro de investimentos, não quer o papel de financiador. Ele é, e sempre foi, um investidor direto, que aceita os riscos, mas que quer a participação. Se estão à procura de financiamento, vão aos banqueiros que podem fazer esse tipo de operação.

P – *É que o acordo de acionistas está sendo proibido.*

R – Numa *joint-venture*, vamos dizer que o capital estrangeiro entre com 80% do capital total e o nacional, com 20%; só que esses 20% lhe permitem o controle acionário, a possibilidade de conduzir o processo sozinho. Há alguns pontos que não se pode abrir mão, porque, caso contrário, fica-se botando capital de risco como se fosse financiamento. A maneira de dividir os lucros, a direção dos investimentos, a votação e o acompanhamento do dia-a-dia da empresa têm de ser respeitados. Mesmo um banco exige normalmente qualquer esclarecimento e alguma dose de garantia quando empresta dinheiro. O texto do artigo 200 da Constituinte implicará realmente a perda, na impossibilidade de fazer esse tipo de acordo. É um tipo de conduta empresarial que uma companhia como a nossa não gosta, nem aceita. Talvez essas regras cheguem a impedir a continuação da empresa no Brasil, exceto naquelas áreas em que já está atuando. E não dá para entender que isso aconteça. Enquanto o mundo está à procura de novos investimentos, o Brasil vai na contramão. Quando nós, da BP no Brasil, vamos à matriz em busca de investimentos, estamos, de fato, entrando numa concorrência para trazer para cá capital. Quando há essas restrições, estamos facilitando a vida dos outros, porque é menos um a disputar o bolo que já está muito limitado. O grupo BP investiu na mineração brasileira sem ainda receber nenhum tostão de restituição. O mesmo aconteceu com os contratos de risco.

P – *Quando o sr. tem de ir à matriz para definir investimentos, que argumentos utiliza? Como é o processo de convencimento?*

R – É uma luta, uma luta cada vez mais dura. A nossa matriz, como todas as outras, tem um montante “x” que recebe do Conselho de Adminis-

tração para, por exemplo, conhecimento geológico. Cada projeto de mineração recebe aplicações de acordo com as suas chances, e aí dá para ter uma idéia do que enfrentamos.

P – *Onde está a fronteira entre a efetiva preocupação nacionalista e a ignorância das coisas?*

R – É muito difícil saber exatamente onde está essa fronteira, porque na própria Assembléia Constituinte são faladas coisas absolutamente absurdas. Eu não sei até que ponto cada constituinte, deputado e senador, acabou votando de um lado ou de outro por falta de conhecimento. Sei que a falta de entendimento é grande, basta avaliar as primeiras decisões. Infelizmente poderemos dizer que é nossa culpa, até certo ponto, essa falta de informação adequada sobre o capital estrangeiro, mas não dá para o investidor estrangeiro parar e começar a educar todo mundo. Por outro lado, muito da desinformação é de propósito. Falaram na Constituinte, por exemplo, que a lei que eles querem

Falta informação sobre capital estrangeiro aos constituintes

aplicar agora é a mesma do Canadá. Não é verdade. São informações erradas desse gênero que muito atrapalham. Porém, lamentavelmente, não houve ninguém no plenário que contradissesse isso, ninguém que pudesse apontar que esse argumento era falso, errado. Vamos ter de fazer um trabalho de esclarecimento sobre esse aspecto. A lei brasileira vigente antes da Constituinte já é bastante rígida. Ela é cumprida por nós, mas certos empresários, como no caso dos garimpeiros, deixam de cumpri-las.

P – *Como resolver o eterno conflito entre garimpeiros e as grandes empresas mineradoras? Há uma solução para esse problema, uma forma de dividir quem fica com o quê na área da mineração?*

R – Teoricamente talvez os espaços pudessem ser divididos. Mas em certos casos é difícil evitar as invasões de garimpeiros, especialmente em áreas onde há a pesquisa em andamento e se descobre alguma coisa na superfi-

cie. Eles se infiltram por essas áreas e não há como evitar, daí o conflito. O exemplo de Serra Pelada é clássico. Uma montanha transformou-se num imenso buraco em pouco tempo, sem qualquer critério. Foi lamentável. O prejuízo para o País, e isso ninguém conta porque geralmente o garimpeiro é da terra, foi inestimável. O garimpero avançou, como faz sempre, tirou o *filet mignon*. Muitos desses garimpeiros não são mais artesanais, nem aqueles simples aventureiros sonhadores. Os garimpeiros de que estamos tratando possuem máquinas, estrutura completa, mas são diferentes das empresas mineradoras porque burlam os alvarás, não recolhem tributos e fogem ao controle dos órgãos oficiais. Você chamaria de garimpeiro um proprietário de uma draga de 20 milhões de cruzados? Esses existem aos montes.

P – *São camelôs do garimpo?*

R – Justamente, e não sofrem qualquer resistência. No final, quando o garimpeiro sai de uma dessas áreas, não vale a pena tirar os restos. Serra Pelada era muito rica. Com quem foram parar esses recursos? A espoliação está aí, além de afetar o meio ambiente. O esquema utilizado por eles incluiu o mercúrio cianídrico em larga escala, sem controle, que compromete o habitat. A BP, ao contrário, ganhou recentemente o primeiro prêmio mundial de meio ambiente, concedido pela Associação Internacional de Proteção ao Meio Ambiente.

P – *Em quantos países a BP atua com mineração?*

R – No total a BP está em 70 países, mas a maioria é petróleo e derivados. Quanto à mineração, ela atua em oito países.

P – *Em se tratando de petróleo, por que a BP abandonou os contratos de risco no Brasil, antes mesmo de eles serem extintos na Constituinte?*

R – Há algum tempo a Petrobrás já não liberava mais áreas, acho que por orientação do governo. Na prática já havia acabado o licenciamento. A última leva é de 1983 e foi dela que saíram as áreas de Marajó onde a Texaco encontrou alguma coisa. Nas áreas que a BP dispunha não havia chances de produção econômica. O último furo que fizemos foi no mar, mais ou menos na fronteira entre Sergipe e Alagoas e deu pouco petróleo. Não valeu a pena.